

# DESTERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO CAPITALISMO GLOBALITÁRIO: O CASO DO BRASIL E DO ESPÍRITO SANTO<sup>1</sup>

## Deterritorialization of violence in globalized capitalism: the case study of Brazil and Espírito Santo

### La desterritorialización de la violencia en el capitalismo globalizado: las situaciones de Brasil y de Espírito Santo

**Cláudio Luiz ZANOTELLI**

Professor adjunto do Departamento de Geografia da UFES  
Doutor em Geografia Humana, Econômica e Regional  
Universidade de Nanterre-Paris X, França.  
claudiozanotelli@npd.ufes.br

**Resumo:** A axiomática do capitalismo é aquela da violência extrema, decodificação dos fluxos sociais e rebatimento deles sobre os fluxos monetários. A violência da moeda que é aquela de começar com o dinheiro e finalizar com o dinheiro destrói as bases mesmas dos códigos das sociedades ditas tradicionais. Os fluxos do capital abstratos decodificados tornam-se concretos na apropriação da produção e na instauração de assimetrias entre classes sociais e entre nações ou bloco de nações. Ao equivalente geral da moeda como violência *sacrificial* global corresponde um equivalente geral de subjetividade engendradora de violência. Os processos mundiais de proliferação das multinacionais e as guerras associadas à apropriação do corpo da terra têm seus desdobramentos em todas as esferas sócio-espaciais do planeta. Mas a violência é imanente a todas as estruturas sociais; por isso tentaremos seguir seu traço através da narrativa de Deleuze e Guattari, com referências, também, em diversos outros autores e ilustrando, a partir de pesquisas aplicadas, com dados brasileiros e capixabas a *concretude* da violência do sistema capitalista, em outras palavras da globalização.

**Palavras-chave:** Desterritorialização, globalização, capitalismo, violência, Brasil e Espírito Santo

**Abstract:** The axiom of capitalism is one of extreme violence, of decoding social relations, and of the effects of the monetary flow on social relations. 'Monetary violence', which consists in 'starting out with the money and ending up with the money', invalidates the very basis of the codes that have been set up in the so-called 'traditional cultures'. Decoded abstract capitalistic flows become concrete in product output appropriation and in the determination of the asymmetries between social classes, as well as between nations or blocs of nations. To the general equivalent of money as globalized sacrificial violence there corresponds a general equivalent of violence-begetting subjectivity. The globalized proliferation of multinationals and the wars associated with land ownership and control have a direct bearing upon all the social-spatial spheres of our planet. Violence, however, is immanent to all social structures; for that reason, we will attempt to follow its tracks through the narrative of two great thinkers, Deleuze and Guattari, making further reference to several other authors and illustrating the *concreteness* of capitalistic violence with examples extracted from applied research regarding Brazil and one of its southeastern states, Espírito Santo.

**Key words:** Deterritorialization, globalization, capitalism, violence, Brazil and Espírito Santo.

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 225-240	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	------------	---------------

<sup>1</sup> Texto adaptado a partir de uma apresentação realizada em uma Mesa Redonda no Seminário de História da Universidade Federal do Espírito Santo – História, violência e imaginário político, que ocorreu entre os dias 18 e 21 de novembro de 2003.

**Resumen:** El axioma del capitalismo es la extrema violencia, la decodificación de la fluidez monetaria y sus efectos sobre las relaciones sociales. La violencia ocasionada por el propio dinero— o sea, iniciar con dinero y culminar con dinero— anula los propios fundamentos de las llamadas culturas tradicionales. La fluidez del capital decodificado abstracto se convierte en concreto al adjudicarse la producción y la instauración de asimetrías entre clases sociales, entre naciones o conjunción de naciones. A la equiparación general monetaria como violencia, como sacrificio global, corresponde una equiparación general de subjetividad, suscitadora de violencia. El proceso mundial de proliferación de empresas multinacionales y las guerras asociadas a la apropiación o control territorial tiene sus consecuencias directas sobre todas las esferas socio-espaciales de nuestro planeta. Sin embargo, la violencia es immanente a todas las jerarquías sociales; por este motivo, intentaremos seguir su marca a través de la narrativa de dos grandes pensadores, Deleuze y Guattari, citando además algunas referencias de otros autores, demostrando la concreción de la violencia del sistema capitalista, de la globalización, con ejemplos obtenidos a partir de pesquisas aplicadas tanto en Brasil como en el estado brasileño de Espírito Santo.

**Palabras-clave:** *desterritorialización*, globalización, capitalismo, violencia, Brasil y Espírito Santo.

## Introdução

Procuraremos tratar, neste texto, inicialmente, de questões conceituais sobre o processo de construção das bases estruturais das sociedades. Basear-nos-emos em diversos pensadores; no entanto, a espinha dorsal de raciocínio será fundada no livro *Capitalismo e esquizofrenia - o Anti-Édipo*, de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1976). Essa obra seminal marcou época e é extremamente estimulante e de profundidade ímpar associando a reflexão filosófica a outros diversos campos do saber (a antropologia, a economia política, a sociologia, a psicanálise, a geografia e a história). Por isso mesmo, tomámo-lo como ponto inicial, pois parece que pensar a violência na globalização, portanto no capitalismo, somente seria possível a partir de uma abordagem estrutural que leve em consideração a história desse fenômeno à luz da construção, destruição e composição de diferentes sociedades. Deleuze e Guattari propõem, em um dos capítulos do livro citado, uma abordagem segundo a qual a constituição das sociedades foi dividida em três grandes momentos (os selvagens, os bárbaros e os civilizados) que não são necessariamente diacrônicos e nem estanques entre si, ou seja, há combinações, junções e disjunções possíveis entre esses diferentes momentos. O texto, de outro lado, não supõe qualquer valoração moral ou preconceituosa quando usa essas designações.

Tentaremos, aqui, fazer uma genealogia esquemática das estruturas sociais ao longo do tempo a fim de nomear os diferentes momentos em que a violência foi constitutiva da organização dessas mesmas sociedades. Partiremos, assim, de uma tipologia já consagrada e adaptada pelos dois autores citados que seguem um *filum* das sociedades ditas selvagens até as sociedades ditas civilizadas passando pela sociedade déspota ou bárbara. Ao fim dos argumentos, procuraremos introduzir pontos que nos venham à atualidade ou que possam ajudar a esclarecê-la. Por fim, como ilustração dos argumentos avançados, serão fornecidos alguns dados sobre a violência globalitária no Brasil e no Espírito Santo.

### 1-Os “selvagens”, os “bárbaros” e a “civilização”

#### Os “selvagens”

Deleuze e Guattari (1976) dizem que o capitalismo assombrou todas as formas de sociedade, mas ele as assombrou, e assombra, como seu pesadelo terrificante, o medo pânico que elas têm de um fluxo social que se furtaria a seus códigos. Desse modo, o processo poderia ser descrito da seguinte maneira: a terra é a superfície sobre a qual se inscreve todo o processo da produção, registram-se os objetos, os meios e as forças de trabalho, distribuem-se os agentes e os produtos. Essa máquina social tem como peças os homens e se constitui como máquina territorial nos dizeres de Deleuze e Guattari.

É o capitalismo que engendra um regime de produção técnica semi-autônoma, que tende a apropriar-se da memória e da reprodução, e modifica, assim, as formas de exploração do homem, esse regime capitalista supõe um dismantelamento das grandes máquinas sociais precedentes.

Aproximando do tema violência (a crueldade é uma forma de violência), Deleuze e Guattari dizem que a sociedade não é primeiramente um meio de troca onde o essencial é circular, mas um *socius* de inscrição onde o essencial é marcar e ser marcado na própria carne. As sociedades de iniciação compõem um corpo, inscrevem-no no corpo da terra com seus pedaços ofertados aos deuses ou reproduzidos em figuras, estátuas, máscaras e outras representações que são órgãos objetos-parciais, nesses espaços as unidades nunca estão em pessoas, mas em séries que determinam as conexões, disjunções e conjunções de órgãos. Os fantasmas são fantasmas de grupo, é o investimento coletivo de órgãos que liga o desejo no *socius* e reúne num todo, sobre a terra, a produção social e desejante. Há uma imanência – que existe sempre ou está contido em um dado objeto e é inseparável dele – do homem com a sociedade e com a terra, com a natureza. Vê-se, aqui, que tudo é social e ao mesmo tempo associado à terra, à natureza, pois o homem vive sob o peso da vida em grupo e ao mesmo tempo é ator de uma crueldade que busca domar as pulsões e encarnar as crenças.

As sociedades modernas, ao contrário, procederam a uma vasta privatização dos órgãos, o que corresponde, ao mesmo tempo, à série de decodificação dos fluxos que se tornam, assim, abstratos.

A globalização seria o des-investimento coletivo nos corpos concretos e um investimento abstrato em órgãos parcelares erguidos como constitutivos da sociedade e dos homens: priorizando os indivíduos e as representações abstratas do poder por meio do *falus* e por meio da representação abstrata do dinheiro como equivalente geral e como representante da circulação do desejo pelo consumo dos objetos – fetiches – que acolhem as projeções coletivas.

A máquina territorial primitiva codifica os fluxos, investe os órgãos, marca os corpos. O circular (trocar) é uma atividade secundária em relação a essa tarefa que resume todas as outras: marcar os corpos que são da terra. A essência do *socius* registrador, enquanto ele se atribui as forças produtivas, e distribui os agentes de produção, reside em tatuar, excitar, incisar, recortar, escarificar, mutilar, cercar, iniciar.

Nas sociedades primitivas o criminoso é privado de órgãos, segundo uma ordem de investimentos coletivos, não somente aquele que deve ser comido o é, segundo regras sociais tão preciosas quanto as que recortam e repartem um boi; mas o homem que goza plenamente de seus direitos e de seus deveres tem todo o corpo marcado sob um regime que refere seus órgãos e seu exercício à coletividade (a privatização dos órgãos só começara com a “vergonha que o homem experimenta à vista do homem”).

A história do homem foi uma história de inscrição na carne da memória, para paliar a faculdade ativa de esquecimento do homem, a necessidade de lembrá-lo da cultura, a escrita na carne foi a escrita da constituição das culturas. A crueldade não tem nada a ver com uma violência qualquer ou natural, encarregada por nós de explicar a história do homem, ela é o movimento da cultura que se opera nos corpos e se inscreve neles, arando-os. É isso que significa crueldade. Essa cultura não é movimento da ideologia: ao contrário, ela põe, à força, a produção no desejo, e, inversamente, ela insere, à força, o desejo na produção e na reprodução sociais. Porque até mesmo a morte, o castigo e os suplícios são desejados e são produções (cf. a história do fatalismo). (Ibid, p.184).

Assim, a máquina territorial primitiva é a inscrição sobre os corpos das bandeiras da terra, é a *territorialização* do lugar sobre os corpos, sob a forma de inscrição e de produção de linguagem e cultura, subdivide o povo, mas sobre uma terra indivisível. Nessas sociedades fundadas sobre uma complexa rede de parentesco por sangue ou por aliança, busca-se evitar na realidade aquilo que as assombra, a idéia de um chefe supremo; tanto é que se instaura uma mais-valia de códigos onde o processo das dádivas e contra-dádivas é a forma permanente de se reinstalar uma simetria impossível em um espaço que tem um desequilíbrio funcional (conflitos e crises), mas as dívidas são finitas e reestruturáveis, passando pelo jogo das alianças. Assim, o ato de ser chefe exige a busca de prestígio por meio dos dons, há uma espécie de sacrifício que coloca a ambigüidade de ser chefe e o controle que a sociedade faz sobre ele. É para funcionar bem que uma máquina social não deve funcionar! A máquina territorial selvagem segmentaria conjura a fusão pela cisão, e impede a concentração de poder, mantendo os órgãos de chefia numa relação de impotência com o grupo: a sociedade selvagem presente a subida do bárbaro imperial que chegará de fora.

Nessas sociedades a crueldade se inscreve na busca de um equilíbrio jamais alcançado na relação pagador/devedor, o criminoso deve pagar com sua dor o dano causado, mas Nietzsche se interroga na Genealogia da Moral (1971): como pode se ser “pago” com sofrimento? Ele responde: pelo olho, pois ele tira da dor que contempla uma mais-valia de código! O castigo e a crueldade têm ares de festa, isso tudo se inscreve na mais-valia de código primitivo, é a “justiça primitiva”. Mas eis que chega o “cão Estado desconstruindo as sociedades tradicionais”.

### Os “bárbaros”

Quando há um movimento de formação do Estado, há *desterritorialização* da máquina territorial selvagem, quando há divisão da terra mesmo em virtude de uma organização administrativa territorial e residencial não se pode ver nisso uma promoção da territorialidade, muito pelo contrário, vemos o efeito do primeiro grande movimento de *desterritorialização* sobre as comunidades primitivas. A unidade imanente da terra como motor imóvel dá lugar a uma unidade transcendente de uma natureza totalmente diferente, unidade de Estado; o corpo pleno não é mais o da terra, mas o do Déspota, que se encarrega agora da fertilidade do solo, da chuva e da apropriação geral das forças produtivas.

É a época do surgimento do déspota ou do *socius* bárbaro, o déspota paranóico, os cruéis senhores feudais, senhores de guerra. Estabelece-se o movimento da formação dos impérios, empresa militar e religiosa de conquista, os conquistadores são os representantes dessas estirpes, há neles uma filiação direta da sociedade com o déspota e desse com Deus e não mais as alianças múltiplas instáveis e frágeis da sociedade selvagem com seus blocos de práticas concorrentes e de aliança-filiação complexa. Deleuze e Guattari nos dizem que o corpo pleno como *socius* deixa de ser a terra e passa a ser o corpo do déspota ou de seu deus, o déspota está no cume da mega-máquina do Estado, nos escalões intermediários se encontra o aparelho burocrático e na base os aldeões, os camponeses. Por meio dos tributos instaurados pelo Estado os blocos de dívida se tornam relações infinitas, inextinguíveis. Toda mais-valia do código é objeto de apropriação. O Estado opera um princípio de inscrição e de residência levando a uma *desterritorialização* que divide a Terra como um objeto e submete os homens a uma nova inscrição imperial a um novo *socius*, a territorialidade primitiva, a associação com a máquina terra, é sabotada. Assim, a morte do sistema primitivo vem sempre de fora, a partir de alianças territoriais exógenas ao grupo, a história é a das contingências e dos encontros, o déspota ocupa assim o lugar do chefe supremo que os primitivos recusavam, in fine as sociedades ditas primitivas já tinham uma tendência à formação de castas a partir do acúmulo de capitais específicos simbólicos e materiais como diria Bourdieu ou de mais-valia de código como escrevem Deleuze e Guattari.

Nessa fase o Estado substitui os signos da terra – os animais, as plantas, as pedras e os corpos – nas significações coletivas pelos signos abstratos, há uma *pseudo-territorialização*, a terra é um objeto de propriedade de Estado, principalmente dos seus servidores e funcionários ricos. Ou, de outro lado, o Estado é garante da propriedade privada de uma classe dominante que se distingue dele. O dinheiro e a circulação do dinheiro foi um meio de tornar a dívida infinita por meio dos impostos e pelo comércio controlado, uma dívida da existência. Uma outra forma desse despotismo é o monoteísmo que engendra uma dívida nunca paga a deus, a dívida é interiorizada e espiritualizada com deus, advém daí a má consciência e a culpabilidade, estamos em dívida com a morte de Cristo e por mais que façamos nunca a pagaremos, tal é o leitmotiv das religiões cristãs.

O Estado se transforma, desse modo, em instituição dos dominantes, em objeto concreto, como as máquinas técnicas. O Estado é uma fantástica máquina de repressão, é sujeito e objeto de desejo. A lei é imanente ao Estado. Por todas as características vistas podemos ver em filigrana o aparecimento dos marcos, ainda que provisórios e não determinantes, do nascimento do capitalismo (centralização, abstração, dívida infinita, lei imanente, comércio e circulação do dinheiro, impostos). Mas, mesmo na época feudal a propriedade privada, o afluxo monetário, o crescimento das cidades, a renda senhorial em dinheiro ou locação contratual da mão de obra, não produzem uma economia capitalista, ao contrário há um reforço das relações feudais na aliança da burguesia comercial com ela.

O encontro e as contingências históricas não deterministas e nem evolucionistas dos

fluxos de produção, de dinheiro e de trabalho engendraram o nascimento do capitalismo em condições bem particulares. O capitalismo cria a máquina de produzir por produzir na associação da produção industrial, do comércio e das finanças.

### Capitalismo e “civilização”

O capitalismo tem sua essência no capital industrial, mas somente funciona por aliança com o capital comercial e financeiro, o banco sustentando o sistema por meio da moeda de crédito e da moeda de pagamento. O sistema é centralizado e se serve da centralização do Estado no período anterior. A moeda se transforma em equivalente geral por meio de moedas homogêneas que asseguram a convertibilidade do sistema, há uma assimetria re-instaurada sem fim entre a força de trabalho e os capitalistas, a primeira sendo captada pela moeda na realização da mais-valia e na distinção entre o salário e o capital.

Kurz nos diz que a corrida armamentista associada à criação das armas de fogo nos Estados despóticos levou a um crescimento da indústria e a um fortalecimento do Estado Centralizador, em consequência e como forma de impor sua vontade os Estados se apóiam em exércitos permanentes. A produção de mercadorias e a economia monetária ganharam impulso no início da era moderna (1500-1700) por meio da liberação da economia militar e armamentista. Assim, a economia militar está no coração do capitalismo.

No capitalismo, no entanto, a baixa tendencial do lucro é sem fim, há uma relação também infinitamente recomeçada entre o capital e o trabalho, uma dívida nunca paga, é incomensurável a relação entre o fluxo de riqueza do capital de um lado e o do trabalho, de outro lado. A dívida é travestida pela captura que realiza a moeda na realização do valor-mercadoria. O capital parece ser miraculoso e faz o valor parecer sair do seu corpo e não do trabalho coletivo.

A crise se instala no capitalismo como imanente ao modo de produção e como sua necessidade básica, se instaura um processo de mais-valia por meio dos fluxos dos códigos das máquinas da técnica e da ciência que associados ao trabalho humano se relacionam em um campo de forças. No capitalismo a máquina social se substitui aos antigos códigos e organizações, todos os fluxos decodificados – ciência e tecnologia inclusive – o são em proveito dos capitalistas e a serviço dos seus fins. Há uma mais-valia *maquinica* (relativa) e uma mais-valia humana (absoluta). O processo de equivalência geral e de abstração dos processos do capital atravessa a sociedade e transforma o mundo.

Nesse ponto, nós podemos a partir da introdução ao Livro de Karl Polanyi, *A Grande Transformação – As origens políticas e econômicas de nosso tempo*, em francês, de Louis Dumont (1972)-, pensar na grande ruptura que foi a descontinuidade radical entre a modernidade e o que se convencionou chamar primitivo, bárbaro ou ainda em outra vertente tradicional. Modernidade, bem entendido, que é representada pelo capitalismo, particularmente no seu processo de mudança da natureza dos mercados, das relações de trocas e das relações de inscrição social no corpo da terra e no corpo dos sujeitos dessa sociedade, tão bem relatada por Deleuze e Guattari. O mercado abstrato nasce da unificação, extensão e emancipação que o capitalismo imprimiu na sociedade, criando um mercado unificado que leva a um mercado abstrato com seu equivalente geral fundado na moeda que quer representar todas as dimensões do mundo e que transforma todas as coisas em mercadoria. Antes, como vimos, havia em outras sociedades diferentes mercados: mercados locais e externos, mercados diferentes; mas a utopia liberal se fundando nesses mercados e na decodificação dos processos e fluxos sociais e de mercadorias das sociedades tradicionais cria as bases do liberalismo econômico e da democracia contemporânea; há de qualquer jeito nesse processo uma conjunção entre comunidade e sociedade ou entre moderno e tradicional, um dependendo ou se apoiando no outro, esses dois termos sendo opostos, mas se encontrando, muitas vezes, juntos.

No limite a máquina do capital, conjunção da máquina territorial e da máquina social primitiva decodificando e recodificando os códigos das sociedades, *desterritorializando* e *reterritorializando* os processos sociais no corpo da terra cria a abstração dos processos representada pelo equivalente geral e pela moeda – a moeda como “novo” sacrifício. Esse movimento engendra um pesadelo que é o da autoregulação – o funcionamento em mecanismo próprio e autogerador do mercado, a *marchandização* do mundo. O capitalismo nesse processo

chega a sua própria contradição pelo fato de que no ato de tudo transformar em mercadoria e cada vez mais e intensamente, com ganhos de produtividade, ele leva a diminuição da base do próprio consumo (o assalariado), assim ele poderia retirar os próprios fundamentos de sua acumulação que é a realização do valor-mercadoria. No entanto, ele paralisa o movimento de sua falência esperada em reproduzindo crises cíclicas de destruição, como as guerras e o processo de engendrar a violência nas cidades e nos Estados por meio das destruições dos aparelhos produtivos e pelo investimento na especulação financeira como capital fictício.

Assim, o mercado é o último valor do mundo. A globalização surge a partir da referência ao déspota ou chefe de Estado ou de empresa, banco ou gestores de fundos de investimento e fundos de pensão, etc.. Eles se apropriam da riqueza coletiva, do espaço público e das culturas locais, que são anexadas e transformadas/adaptadas a ele.

Como disseram Deleuze e Guattari "É a moeda e o mercado a verdadeira polícia do capitalismo". A economia capitalista está perpetuamente a ser monetizada, multiplicam-se os meios e os papéis, os imateriais, os capitais fictícios; é assim que o sistema funciona. É assim que ele é. A moeda está submetida à internacionalização financeira – o mercado de troca de moedas cresce com a internacionalização das firmas e das trocas, mas ele evolui, sobretudo com a especulação que transforma a própria moeda em mercadoria.

O dólar moeda do império representa 66% das reservas dos Bancos Centrais e é a referência dominante para 104 países, 82% das operações em moeda pelos diversos especuladores tinha em 1998 uma duração de 7 dias somente: curtíssimo prazo. Os atores privados são mais potentes que as reservas de divisas de inúmeros países, assim em 2001 se negociava 1,1 trilhão de dólares por dia nos mercados de moeda, as reservas do Brasil atuais estão em torno de 50 bilhões de dólares. Dessa maneira há uma grande fragilidade dos países que entraram nesse mercado e que dependem dele, dentre outros parâmetros, para fixar sua taxa de juros para atrair capitais voláteis.

Outro fator que exemplifica a *financiarização* do mundo é o próprio nível da dívida que ultrapassou a nível mundial em 2000 o PIB global – 87% dessa dívida está contraída em dólar, Euro e Ien (Carroué, 2002, p.25). Essas dívidas são controladas a altura de 95% pelos países da tríade (Estados Unidos, Japão e Europa). Assiste-se, também, à globalização dos mercados de títulos do tesouro dos países que são cada vez mais controlados pelos fundos de pensão, fundos mútuos de investimento americanos, britânicos e japoneses. A capacidade dos países a reembolsarem a dívida e definida por uma escala de riscos que determina a taxa de juros para os empréstimos. O mecanismo da dívida é geral, os mais endividados são os países desenvolvidos, no entanto eles têm solvabilidade e a capacidade de reembolsar que repousa sobre sua potência política, militar e econômica e de intervenção dos Estados para evitar uma bancarrota ou crise sistêmica.

Mas os países em desenvolvimento se encontram em uma situação estrutural frágil por causa da dependência dos capitais externos, a dívida dos países do sul passou de 8,4% do PIB em 1970 a 37,4 do PIB em 2000 e representava 9% das exportações em 1970 e em 2000 passou a representar 19,2% (Carroué, 2002, p.26-27). A América Latina tinha 809 bilhões de dólares de dívida em 2000, o serviço da dívida correspondia à 167 bilhões de dólares, 17% das exportações, o Brasil como sabemos tem uma dívida que corresponde a mais de 250 bilhões de dólares. Países como a Bolívia, Uruguai, Peru e Argentina têm uma dependência enorme do dólar, um percentual de mais de 82% dos depósitos bancários da Bolívia são em dólar, o Peru 64%, a Argentina 43,9. (Ibid, p.24-25). Situação de dependência e impotência que explicam em muito as explosões sociais que estamos assistindo no continente sul-americano nos últimos dois anos.

Portanto, é a um nível geral dos fluxos que podemos perguntar como se chega a desejar a potência e a própria impotência para povos inteiros, países inteiros? Como um campo social como este pode ser investido pelo desejo? Pois, são os fluxos monetários e não ao nível da ideologia que se faz a integração do desejo e, assim, cria-se uma dependência que passa pela moeda e pela dívida. Que vias para tirar desse impasse culturas, países e regiões inteiras?

Enquanto milhões na América Latina não têm trabalho, não têm o que comer, não podem mais pagar a dívida, submetem sua economia à um regime de recessão para poder pagar os juros infundáveis da dívida, a capitalização das bolsas dos países desenvolvidos correspondia

a 30,8 trilhões de dólares (Ibid, p.29-30) – mais de 60 vezes o PIB do Brasil – essas bolsas, também são submetidas à fluidez e o Estado não pode intervir, ao contrário protege o mercado, estimula o mercado e é parte constitutiva desse próprio mercado.

As funções reguladoras do Estado não implicam, segundo Deleuze e Guattari, em nenhuma espécie de arbitragem entre classes, do ponto de vista do capitalismo somente há uma classe com vocação universalista a burguesia. O capitalismo é sem dúvida hoje com a chamada globalização o universal de toda sociedade, mas apenas na medida em que ele é capaz de levar até um certo ponto sua própria crítica, “quer dizer, a crítica dos procedimentos pelos quais ele re-encadeia o que nele tendia a liberar-se ou a aparecer livremente”. Ora, como essa possibilidade de crítica está limitada, as crises cíclicas tendem a se repetir e o impasse se encontra instalado: socialismo ou barbárie?!

As vias não são muito numerosas: ou a crise permanente do sistema e sua barbárie ou uma partilha da riqueza coletiva para toda a sociedade mundial.

Assim, a história com suas contingências armou a estrutura do capitalismo que encerra figuras abstratas e fluxos de moeda, ações, trabalho, produção e consumo. Imanência entre essas figuras e o capital que constroem um espaço e um tempo do desejo e elaboram fantasmas e desejos coletivos, provocando pulsões de morte e negatividades sociais: dialética e dualismo capital x trabalho, dualismo mercadoria, dinheiro x destruição, guerras, fome, etc...Portanto está na ordem do dia a Crítica à razão dualista: no Brasil particularmente o tipo de acumulação instaurado se fundou e se funda na suposição de um colocar de fora do processo de acumulação as classes dominadas a fim de melhor explorá-las, ou seja, o mercado “informal”, a pobreza e a disponibilidade de uma força de trabalho numerosa é condição necessária para a realização de uma acumulação bárbara que engendra uma grande desigualdade social (cf. Oliveira, 2003).

A grande transformação na vida dos homens que foi o capitalismo e o liberalismo, o estabelecimento do interesse, do cálculo glacial do lucro, como fim em si mesmo, foi bloqueada por um processo de terremoto político, social e econômico que representou o entre as duas grandes guerras mundiais. O querer interpretar ou retirar à totalidade social a prioridade na definição das esferas do econômico como uma das esferas da vida, onde como indicava Mauss com o conceito de *Dádiva* se implicava toda a sociedade, pelas marcas sociais que se instaurava e as dívidas sem cessar renovada numa perspectiva simbólica mais que material nas sociedades ditas primitivas, levou e está levando novamente o mundo rumo a uma catástrofe.

### **A violência da era globalitária**

O mundo está tecido, segundo Louis Dumont (Apud Polanyi, 1983), de interação de culturas, há uma relação entre o local e o global, entre o particular e o universal, auto-penetração das culturas dominadas e das culturas dominantes, o que alguns autores chamam de *glocal* ou que ainda poderíamos designar como o lugar por onde se atualizam as diferentes escalas das ações dos homens. Mas, Polanyi nos indica que a Grande Transformação engendrada pelo capitalismo teve a sua resistência nos regimes fascistas e nazistas que buscaram uma adaptação do particular ao universal, dos dominados aos dominantes, buscando recuperar o tempo perdido no capitalismo “nacional” por uma economia dirigida, totalitária, destrutiva e produtora de guerras. Paradoxo dos regimes fascistas, buscar sair do sistema capitalista para melhor aplicá-lo!

Segundo Dumont, o modelo sobre o qual os nazistas se inspiraram foi o próprio regime bolchevique que tentou, por meio de uma interpretação rápida e “etapista” do pensamento marxista, recuperar de maneira unilinear e evolutiva o “atraso” da economia soviética no início do século XX.

Poderíamos aqui discordar do autor e invocando Hannah Arendt (Apud SOREL, 1995, p.17) considerar que os regimes totalitários obedecem a uma classificação que leva em consideração as ditaduras de partido único, o monopólio do poder nas mãos de um líder, terrorismo policial, monopólio dos meios de comunicação de massa e da luta armada e ideologia oficial presente em todos os aspectos da vida, nesse sentido é a partir da era stalinista que a ex-URSS poderia ser classificada como totalitária, pois até a tomada do poder por Stalin não se configurava na ex-União Soviética um regime de controle total do poder e da vida sob o comando de um déspota líder. No entanto, como Sorel indica (ibid, p.18), Castoriadis considerava todos os regimes

comunistas como totalitários pelo fato que o partido e a burocracia acabavam ocupando o papel do líder déspota à frente do Estado.

Esses regimes e particularmente o regime nazista lançaram mão de processos de destruição de populações inteiras se inspirando da mercantilização dos corpos e na sua redução pura à matéria simples.

Para deter o desenrolar desenfreado do capitalismo-rei se integrou à ele e em sua lógica um processo de liquidação da humanidade. O nazismo foi a continuação ditatorial e totalitária dos processos desenvolvidos pelo capitalismo liberal de tornar o corpo mercadoria e, portanto, podendo ser usado e jogado fora. Bela páginas foram consagradas ao nazismo por Hannah Arendt (Eichmann em Jerusalém) e Primo Levi (Se isso é um homem), sobretudo no que diz respeito à instrumentalização do homem e à sua redução à peças da maquinaria de exterminação. A banalização da vida das populações fazia com que os homens aceitassem as liquidações coletivas e adorassem os chefes supremos, déspotas, construindo um regime bárbaro. Portanto, em plena modernidade, em um processo de reação se construiu um regime fundado na filiação direta de um povo a um chefe, usando-se todos os artifícios da mais-valia dos códigos capturados pelo Estado centralizador.

Mas, no entanto, não resta dúvidas, esse regime se inscreveu na linha direta do capitalismo e na transformação dos corpos em unidades abstratas onde eram registros nas câmeras de extermínio dos campos de concentração. Unidades abstratas bem concretas nos interesses de *instauração de uma barbárie moderna*. O apelo dos nazistas às massas e aos desejos coletivos exemplifica aquilo que já vimos sobre as instituições déspotas.

Mas, hoje, poderia se repetir esse despotismo, esse congelar da história por meio de uma reação ao processo de globalização do capitalismo por intermédio da violência atroz e o ressuscitar de novos déspotas?

Questão complexa e que merece reflexão em vista do que tem acontecido em nível internacional nos extermínios coletivos nos anos 1990 na Ex-Iugoslávia, no Ruanda, no Burundí, na Angola e no Zaire na África, no Iraque, no Irã e no Afeganistão na Ásia e em tantos outros países da periferia dominada. Processo que pode estar se repetindo nas nossas barbas no Brasil por meio dos grupos de extermínio, esquadrões da morte, liquidações e outros adjetivos<sup>2</sup> com os quais identificamos os homicídios cotidianos em todo o território brasileiro e para além na Colômbia, Venezuela e outros países da América Latina.

A grande violência no sentido simbólico e concreto que engendrou a mercantilização do mundo há apenas 50 anos, bem como a pressão do mundo dito socialista, levaram no pós-guerra para um realinhamento dos países europeus e, depois, de uma parcela dos países do resto do mundo, às reivindicações sociais dos trabalhadores, surgindo assim a social-democracia européia e o Welfare State. Mecanismos que buscavam frear a autoregulação capitalista liberal. No entanto, o Estado de Bem Estar Social está em crise permanente depois da era da restauração conservadora dos anos Reagan/Tatcher, os direitos trabalhistas são atacados na maioria das nações do mundo. Os mecanismos de destruição dos homens na sociedade contemporânea começa, como indicou Dejours (1999), a partir do momento que se instaura uma concorrência entre as pessoas nos locais de trabalho com medo de perder o trabalho, se esfacela a noção de solidariedade o que engendra sofrimento, se aceita cada vez mais as humilhações nos espaços de trabalho, mesmo processo instaurado na Alemanha nazista em relação aos judeus, ciganos, estrangeiros em geral e outras "minorias" dentro da sociedade e dos campos de concentração.

Esse processo de "exclusão" no Brasil segundo Sorel (1995)<sup>3</sup> em seu texto *Exclusão social no Brasil contemporâneo – um fenômeno sócio-cultural totalitário?* encontra quatro motivações fundamentais: a privação material (a não integração ao mundo do trabalho, a pobreza); o isolamento total da sociedade (não ter nenhum lugar que possa ser seu); a dimensão política

---

<sup>2</sup> Marilena Chauí faz interessantes observações sobre o uso indiscriminado de certas expressões como chacina e massacre para se referir ao assassinato em massa de pessoas indefesas no Brasil como uma tentativa de ocultamento dos fundamentos dessa violência. CHAUI, (2003)

<sup>3</sup> Agradeço ao Cientista Social da UFES Fábio Alves Araújo pelo fato de me ter feito conhecer esse texto de importância relevante para a discussão do conceito de exclusão como fenômeno sócio-cultural totalitário a partir de sua monografia de fim de curso em Ciências Sociais na UFES que foi defendida em 2003.

(trajetória precária no exercício dos direitos e a não representação na esfera pública); destituição de direitos e a não integração à sociedade dominante (o não reconhecimento, a estigmatização e a indiferença no âmbito social). Assim, se constrói a lógica do ser desfilhado. Transforma-se a condição de pobreza em estigma, os direitos se transformam em ajuda, a participação em tutela estatal e a justiça em caridade, a pobreza é *culpabilizada, criminalizada* e tutelada. Como indica Marilena Chauí (In Camacho (org.), 2003, p.46) citando Alain Badiou

(...) enquanto na ética é a idéia do bem, do justo e do feliz que determina a autoconstrução do sujeito ético, na ideologia ética, é a imagem do mal que determina a imagem do bem, isto é, o bem torna-se simplesmente o não mal (não ser ofendido no corpo e na alma, não ser maltratado no corpo e na alma é o bem).

É graças ao espetáculo do mal, da banalização da violência, da *vitimização* que a ideologia da ética justifica-se e justifica as ações humanitárias culpabilizadoras, ao invés de se reunir os homens em torno de idéias e práticas positivas de liberdade e felicidade passando a ação do sujeito individual ao sujeito coletivo, essa ideologia se serve da passividade e da imagem negativa da violência e do Outro como um instrumento para apelar à solidariedade, que muitas vezes é de pura forma, e reafirma a posição de não sujeito de parcela das classes dominadas.

O conceito de exclusão foi utilizado entre aspas pelo fato das críticas que se pode fazer a ele, notadamente pela impressão que passa de normatizar a situação social constatada e, portanto, reafirmar o sentimento comum de que aqueles considerados excluídos estão fora da sociedade e, assim, não seriam de nossa responsabilidade. Ora, Sorel o utiliza no sentido de bem marcar a forma como os pobres são excluídos para melhor serem eliminados e não no sentido de reafirmar as percepções complacentes da sociedade com o fenômeno de desconsiderar aqueles que estão fora do mundo dominante. Para evitar mal entendido, preferimos ao conceito de exclusão o de desfiliação (Castel, 1995) que desse modo reafirma a noção de ligação com a sociedade, mas em um processo que pode ser declinado de forma progressiva ou não a partir da distância com a filiação total à sociedade. O risco de fato com esse conceito é que ele seja reificado e no processo de se denunciar a exclusão esteja embutida uma espécie de discurso piedoso para "salvar" os excluídos de uma perdição e, dessa forma, reafirmar a percepção preconceituosa do estar fora (*o eles* e *o nós*) e levar a um estigma, mesmo que involuntariamente. Além do que a exclusão se refere a uma suposta anomia social – desaparecimento de normas e valores comuns a membros de uma comunidade – quando no fundo a anomia é a regra geral do capitalismo tal como ele se estrutura e não uma norma particular de um grupo particular.

No Brasil, por meio dos processos de *espetacularização* da violência se criou, contra as pretensões explícitas de seus difusores, uma espécie de marcador social da violência, se associando grupos sociais à ela. Assim se justifica uma "ação preventiva" das forças da ordem contra certas categorias e espaços sociais, desse modo esse comportamento pode ser comparado à prática totalitária que diz "todo o crime que o governante possa conceber como viável deve ser punido, tenha sido cometido ou não" (Arendt apud Sorel, 1995). Desse modo percebemos estruturas sociais proto-totalitárias em processo na sociedade brasileira, mesma ação que se constatou com as "guerras preventivas" dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque. O crime possível permite identificar, mesmo fora de regimes totalitários, a existência de movimentos de estereótipos sociais, grupos sociais são *criminalizados* por antecipação. Assim, as populações *desfilhadas, ou desinseridas*, se encontram expulsas de uma "modernidade" suposta e da vida considerada normal, são animalizadas, portanto, matar, mandar matar ou deixar morrer não faz muita diferença. Encontramos, dessa maneira, cadáveres vivos, aqueles que buscam sua simples manutenção biológica e que na briga pela vida são descartáveis.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Nesse sentido, Francisco de Oliveira (2003) nos fala da "funcionalização da pobreza" operada pelo governo Lula no Brasil dando continuidade aos programas de assistência do governo Fernando Henrique Cardoso, essa busca de manutenção dos desfilhados é uma maneira de sustentar parte da população no limite da sobrevivência como exército de reserva para a acumulação do capital. Claro não se está aqui desconsiderando a ajuda fundamental mínima muitas vezes para a simples sobrevivência que um programa tipo Fome Zero pode trazer aos oprimidos, mas a interrogação que se faz é sobre as políticas ditas estruturais do atual governo que não buscam mudanças substanciais na redistribuição da riqueza produzida coletivamente.

Sorel (1995) não busca retirar a especificidade histórica e conceitual dos regimes totalitários (especificidade já vista mais adiante), mas sim utilizar o referencial teórico e os processos históricos de conformação do totalitarismo para identificar traços sociais que conduzem a um processo de "exclusão" da vida. A "exclusão" social totalitária pode emergir, segundo Sorel, não apenas através de campos de concentração, mas como formas cotidianas e permanentes de extermínio de determinadas categorias sociais. Os fenômenos com tendência totalitária podem existir em países formalmente democráticos.

A luta pela sobrevivência submete os seres humanos às piores humilhações e à aceitação do inaceitável: delações, submissão aos controles os mais diversos, imposição pela força de uma ordem. A divisão em individualidades não orgânicas das populações desfiladas não favorece uma politização e uma construção da cidadania, ainda que a organização dos desempregados em países europeus e a organização dos sem-teto e dos sem-terra no Brasil demonstrem que capacidades de ação existem, mas quando elas emergem são imediatamente criminalizadas pelos dominantes.

A partir da banalização do outro, do seu não reconhecimento, de sua expurgação para um espaço imaginário e material que não é aquele dos dominantes, mas o da relegação à monstruosidade, engendra-se uma atmosfera social de conformismo e de aceitação do destino dos desfilados, da indiferença com o sofrimento. O indivíduo pobre sequer é notado e a pobreza passa a ser naturalizada, faz parte de nossa paisagem cotidiana, já não nos revoltamos ou nos indignamos diante de espetáculos cruéis e bárbaros que assistimos em direto pela televisão ou nas ruas.

Os grupos sociais pobres são no Brasil submetidos à violência cotidiana, são agentes da violência, vítimas e instrumentos executores da violência. Esse processo está inscrito na lógica exploratória e de denegação de identidade individuais e coletivas, características de uma sociedade que nega o trabalho do conflito e vive supostamente na busca de um paraíso perdido da cordialidade.

### **Violência no Brasil e no Espírito Santo**

No Brasil, o processo de violência tem aumentado exponencialmente - 50% entre 1991 e 2000, passando de 30.566 homicídios em 1991 a 45.919 homicídios em 2000. Em uma década o número total chegou a 371.128 homicídios, dado bem superior a diversas guerras que aconteceram no mundo nos anos 90 (cf. WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência III, 2002 p.30).

Na realidade aquilo que já podemos chamar de *A questão dos homicídios e da violência* no Brasil é um fenômeno que se encontra em franca progressão desde o fim da década de 70. Assim, os dados de registros dos locais de ocorrência de óbitos por homicídio coletados pelo Sistema de Informações de Mortalidade (SIM-DATASUS - Ministério da Saúde) no período de 1979 a 2000, 21 anos, são probantes. Os dados para o Brasil em geral e em particular para certos estados como o Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Brasília, cresceram de maneira quase que constante, o incremento anual da taxa de homicídio no período para o Brasil foi de 0,789 e para o Espírito Santo 2,011 (o segundo maior do Brasil depois do Rio de Janeiro). O Brasil tinha uma taxa de 10 homicídios por 100 mil habitantes em 1979 e passou para uma taxa de 27 homicídios por 100 mil habitantes em 2000, o Espírito Santo partiu de uma taxa no entorno de 15 homicídios por 100 mil habitantes para uma taxa de 46,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2000 (Boletim de Indicadores de Criminalidade no ES, Vitória, 7 de setembro de 2002).

Essa evolução é simultânea ao processo de fim da ditadura e de uma conversão de certos setores da *Comunidade de Informação* - ou seja, dos esbirros da ditadura e/ou setores da polícia política - em Esquadrões da Morte ou em uma reciclagem e continuidade em setores da própria Polícia Civil, Militar e Federal de métodos de tortura, assassinato e repressão do regime militar. O processo de aceleração dos homicídios é paralelo também a uma aceleração da urbanização e é acompanhado das duas décadas perdidas na economia com suas crises a repetição e o aumento do desemprego e da chamada economia "informal".

No Espírito Santo entre 1991 e 2000, o número de homicídios passou de 975 a 1446, ou seja, uma evolução de 48,3% em 10 anos, o total nos dez anos foi de 12.564<sup>5</sup> - média de 1.256 casos por ano - (3,38% dos homicídios do país) (cf., J. J. Mapa da Violência III, 2002). O

Espírito Santo se manteve nesse período entre os quatro primeiros estados com maiores taxas de homicídios no Brasil.

A taxa de homicídio do Espírito Santo era de 46,7 por 100 mil habitantes em 2000 foi a terceira maior do Brasil, somente sendo superada pelo estado de Pernambuco e pelo Rio de Janeiro (Waiselfisz J. J., Mapa da Violência III, 2002).

Segundo a OMS – organização Mundial de Saúde - o Brasil é o país que apresenta a segunda maior taxa de homicídios no mundo (27 homicídios por 100 mil habitantes), sendo o primeiro país em mortes por armas de fogo (18,4 por 100 mil habitantes). (Almanaque Abril, 2003 apud do relatório do Fórum Reage Espírito Santo, 2003).

Em média o Brasil tem 2,7 vezes mais homicídios que os Estados Unidos (Julita Lemgruber, O Globo, 09/10/1997) – a taxa americana era em 1997 de 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Quando comparamos esses índices aos países europeus a situação é bastante desigual, a França que tinha uma população de 60 milhões de habitantes em 1999, foi o palco em 2001 de 1046 de homicídios – na imensa maioria crimes passionais (O Globo, 30/06/2003). Considerando a população constante entre 1999 e 2001 a taxa da França foi então de 1,7 homicídios por 100 mil habitantes, quase 16 vezes inferior à do Brasil.

Se procurarmos comparar as taxas brasileiras com as da América Latina, certamente encontraremos uma maior confluência com o caso do Brasil, pois os processos de ditadura e de desestruturação sócio-econômica que aconteceram nesses países foram semelhantes ao caso brasileiro.

Em quatro municípios da Grande Vitória – Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica - o número de homicídios em 2001 foi de 855 (conforme dados dos jornais coletados no banco de dados do Banco de Dados da Violência/MNDH<sup>6</sup>). Esse total corresponde a 74% (média mais ou menos estável ao longo dos anos) dos homicídios do Espírito Santo que foram constatados no banco do MNDH. A região da Grande Vitória com cinco municípios considerados – incluindo os quatro mais importantes já citados mais o município de Viana - sobre 7 da Região Metropolitana, tinha uma população de 1,33 milhões de habitantes em 2000 (IBGE, 2000), ou seja 43% da população do estado: percebe-se uma concentração de homicídios bem superior que a concentração populacional na aglomeração.

A população da aglomeração é 45 vezes inferior à da França, a França tinha uma taxa de 1,7 homicídios em 2001 contra uma taxa da Aglomeração, incluindo os 5 municípios, no mesmo ano, de 64,3 homicídios por habitante – a taxa da França é 37,8 vezes inferior à da Grande Vitória.

Somente em Vitória em 2000 aconteceram 230 homicídios (Waiselfisz, J. J. Mapa da Violência III, 2002), a população do município era em 2000 de apenas 292 mil habitantes (IBGE, 2000), ou seja, uma taxa de 78,7 homicídios por 100 mil habitantes. Em um período de 10 anos a evolução dos homicídios na capital foi de 39%.

Na imensa maioria não se sabe ou não se quer saber quem cometeu os homicídios (75,2% em 2000 no Espírito Santo) e a média é, em geral, ao longo dos anos superior a 50% (Banco de dados MNDH-ES, 2001), quando se sabe quais são os autores dos homicídios eles não são condenados, pois somente uma pequena parcela é julgada e a taxa dos que são condenados é menor ainda. Um dado relevante é que 72% (Banco de Dados MNDH-ES, 2001) desses homicídios no Espírito Santo foram cometidos com armas de fogo. A média do Brasil é da 68% dos homicídios por arma de fogo (Fórum reage Espírito Santo - Execuções sumárias, extrajudiciais ou arbitrárias, 2003). Ao contrário do Brasil onde o controle sobre armas de fogo não é rígido – no que pese a recente aprovação da lei do controle de armas que ainda não entrou em vigor - e a ilegalidade é corrente no porte de armas, na França o controle é muito rígido. Mas, os Estados Unidos são muito tolerantes com as armas de fogo, além do que a sociedade estimula reações de desconfiança em direção do outro e uma concorrência sem freio que pode levar à violências epidêmicas – ver a esse propósito o filme americano *Massacre em Columbine* de Michel Moore (2002).

Os homicídios que acontecem no Brasil localizam-se em maioria nos espaços periféricos ou segregados, nos bairros que acolhem as classes dominadas – as taxas médias desses espaços são superiores àquelas dos bairros das chamadas classes médias e dos bairros onde residem as classes dominantes em geral (sobre o Espírito Santo ver Zanotelli e Coutinho, 2003), no Espírito

Santo- e aparentemente em outros lugares - os atingidos são sobretudo os jovens, negros e homens (90,5% eram homens em 2001) entre 12 e 35 anos (64,9% em 2001) - o número de jovens entre 15 e 24 anos se manteve sempre em torno de 1/3 dos homicídios entre 1994 e 1999 (cf. relatório MNDH-ES, 1999).

Um problema que acrescido aos acidentes automobilísticos - em 2002 o número de homicídios no Espírito Santo foi de 1.775 e o número de mortos por acidente de carro foi de 865 pessoas - tem em certas regiões do país provocado uma diminuição importante do número de jovens homens levando a uma crise econômica e social de diversas comunidades, particularmente aquelas, mais uma vez, mais pobres. Ver sobre a mortalidade nos morros e periferias cariocas no Rio de Janeiro os livros *Cidade de Deus* de Paulo Lins, (2002) e *Abusado o dono do morro Dona Marta*, Caco Barcellos (2003).

O despotismo e crueldade descritos nos livros referenciados mais acima nos impressionam pela *re-territorialização* em um determinado espaço das relações despóticas fundadas nas vinganças, nas desconfiças as mais diversas, nos rememorando das disputas de poder, traições e execuções dos Borgia em Florença na Itália do Renascimento, ou mesmo das situações descritas na *Ilíade* de Homero na Grécia antiga. Para ficar em exemplos brasileiros do passado próximo podemos nos referir à violência regulada ou não, perversa, dos bandos de Lampião e de outros grupos tanto no sertão nordestino quanto em outras áreas do Brasil.

Dessa forma se associa o que se chama de modernidade ou de "civilização" - no sentido de Deleuze - a um processo que recupera a cultura selvagem: marcas nos corpos, como no Caso descrito por Barcellos (2003), dos tribunais sumários da quadrilha controlando o morro Dona Marta na cidade do Rio de Janeiro, onde em determinados períodos de maneira justificada ou não os chefes do bando que controlavam o morro naquele momento decidiam da vida das pessoas e muitas vezes as marcavam com um tiro nas mãos ou por espancamento.

Há uma Associação, também, com a prática bárbara da imposição da lei não escrita do "respeito" aos chefes desse enclave urbano agarrado nas encostas de um morro da zona sul carioca. Através do chefe do momento a comunidade dos bandidos e a população do local se associam a uma identidade onde a relação passa pelo corpo e pelas práticas dos déspotas. Finalmente, a "civilização", representada pelo consumo, desemprego e exploração da população abandonada a sua própria sorte pelo Estado, envia a polícia e comenta, glosa, os fatos que ocorrem no morro e é evidentemente parte participante tanto pelas causas como pelas conseqüências do que acontece. O curioso, no caso do morro Dona Marta no Rio de Janeiro, descrito por Caco Barcellos, é que há quase que uma identidade entre parte dos policiais e os bandidos, os códigos de valores, de vingança, ou a traição são os mesmos, bem como certas práticas, muitas vezes antigos policiais se transformam em membros das quadrilhas. Tudo é possível a todo instante, a máquina despótica pronta a irromper com sua barbárie, associada à profunda injustiça social e à desigualdade que coloca o Brasil entre os dez países de pior distribuição de renda no mundo e que faz do tráfico, do roubo e do seqüestro uma atividade econômica que "compensaria" a miséria e a falta de oportunidade para parte dessas populações.

Portanto, há uma nítida conformação de violência de classe se fizermos uma leitura do espaço da violência em termos de homicídios e de outras violências e criminalidade no Brasil e no Espírito Santo.

Em um estudo de *vitimização* realizado em 2002 - abril e maio - em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e Vitória (Pesquisa de Vitimização 2002 e Avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana - PIAPS) pelo Ilanud por conta do gabinete de Segurança Institucional do governo federal e coordenada por Túlio Khan, foram entrevistadas 2.800 pessoas de mais de 16 anos, 700 pessoas por cidade, por meio de um sorteio probabilístico, constatou-se que 50% dos entrevistados de Vitória declarou ter sido vítima de algum tipo de crime nos últimos 5 anos, 1/3 no último ano - o que é equivalente às outras cidades onde a pesquisa foi efetuada.

Nessa mesma pesquisa podemos perceber que os crimes contra o patrimônio atingem os de maior renda e os de menor renda, no entanto os primeiros são nesse item os mais atingidos.

Os crimes são função de uma situação econômica e social. Essa constatação é corroborada pelo fato que 77 % dos entrevistados em Vitória reconheceram a falta de emprego e renda como

causa da criminalidade – maior média entre as cidades e primeira causa declarada na cidade de Vitória. Não podemos esquecer, no entanto, que os mais pobres são, também, vítimas dos crimes, assim dos que ganham até 400 reais por mês 18% declararam ter sido vítimas de roubo/furto de moto e 20% de roubo e furto de bicicleta, percentual a comparar com os que têm renda superior a 1.400 reais mensais 24% e 19% respectivamente.

Os crimes na maior parte foram cometidos na própria casa ou perto de casa, demonstrando um *lôcus do crime* que deveria ser melhor analisado quanto às políticas de prevenção.

Na mesma pesquisa somente 1/3 dos casos foram notificados à polícia, os ilícitos que menos são comunicados são aqueles relacionados a roubo, agressão e tentativa de arrombamento. O que é a representação de uma desconfiança na ação da polícia. Apenas 41% dos entrevistados se mostraram satisfeitos com a polícia em Vitória.

Dos entrevistado 57% declararam que nas agressões físicas ou sexuais que foram vítimas conheciam os agressores. O que demonstra que as relações inter-pessoais são importantes nas taxas de criminalidade.

Do total dos homicídios de 2001, 42,4% aconteceram em vias públicas e um número importante em residências (22,09%), dado semelhante aos anos anteriores. O espaço dos homicídios é preferencialmente público, mas se encontra fortemente presente nas casas, mostrando uma associação global da violência na casa e na rua.

As armas são usadas como ameaça em roubos (91%) em Vitória, em São Paulo e no Rio de Janeiro essa taxa girou entre 95 e 93% e em agressões físicas em 73% dos casos em Vitória. Um percentual que gira em torno de 80% dos entrevistado em todas as cidades concorda que uma política para reduzir o crime deveria ser o controle sobre as armas de fogo. A insegurança é tal no meio da população entrevistada nas quatro cidades que o estudo constata que (p.27)

Dois terços julgam-se prováveis vítimas de algum furto ou roubo até o próximo ano, 57 % afirma ter mudado de comportamento por razões de segurança e um terço dos entrevistados sente-se inseguro na própria vizinhança e conversou sobre crimes nas últimas duas semanas. A sensação de insegurança aparenta ser mais forte em Recife e menos no Rio de Janeiro, mas é um traço comum a todas as cidades pesquisadas.

Há como que um processo de criminalização coletiva e mais particularmente de morte coletiva atingindo prioritariamente os mais pobres que moram nos espaços periféricos e onde não podem se proteger ou pagar um segurança que supostamente poderia lhes dar proteção – essa tipologia é mais ou menos a mesma em todas as grandes cidades brasileiras. Resta-nos a fazer narrativas sobre a situação de diversos espaços segregados da Grande Vitória para conhecermos melhor o cotidiano desses bairros.

Existem características particulares no que diz respeito à criminalidade em geral (já visto com a pesquisa citada mais acima) e em particular aos homicídios – sobre os quais as informações são escassas mas que podem ser aproximados das análises sobre a criminalidade feitas pela pesquisa de *vitimização* e suas causas sociais - em cada estado e em cada cidade, mas os processos de homicídios são semelhantes e são alimentados por um certo número de causas aparentes: impunidade, facilidade do acesso às armas de fogo, o envolvimento do aparelho de Estado por meio de policiais em diversos homicídios, a existência de grupos de extermínio, os crimes de mando e bem evidentemente os conflitos inter-pessoais (ciúmes, vinganças diversas, crimes banais) e entre bandos de quadrilhas mais ou menos organizados pelo controle de certas áreas urbanas.

Esses últimos se inscrevem numa perspectiva de desvalorização da vida e de desconsideração do outro, processo inculcado pela própria maneira como a sociedade é controlada e inocula a *desculpabilização* pela morte dos “menos que nada”, basta vermos que quando acontece um assassinato de indivíduos saídos das classes dominantes a mobilização da polícia e a repercussão na imprensa é enorme, mas em relação àqueles que moram nas periferias a imprensa *instrumentaliza* o medo, mas muito pouco investiga o caso. A própria polícia que invoca falta de meios – o que é verdade somente em parte dos casos – não consegue encaminhar a contento as investigações. Mas mesmo os homicídios famosos ou que tiveram grande repercussão no Espírito Santo – prefeito Feu Rosa da Serra, caso Maria Nilce e outros não foram solucionados oficialmente por resistência de parte do aparelho policial que protegia pessoas e grupos envolvidos incluindo policiais (Zanotelli, 2002). A grande questão está, no

caso da Grande Vitória e do Espírito Santo, no desconhecimento dos autores de crimes, das causas, e no não julgamento das pessoas que os cometeram – associados à justiça expeditiva, às vinganças as mais diversas de bandos controlando certos espaços ou organizando atividade ilícitas bem como à parte criminosa da própria polícia que comete homicídios: em 2 anos e meio (1999 ao primeiro semestre 2001) 97 homicídios foram cometidos oficialmente pela Polícia Militar do Espírito Santo (Rodrigues, Miranda e Amaral, 2001), o que correspondeu no período a 2,58 % dos homicídios no estado. A maioria das vítimas são jovens e negros, 29 desses homicídios apresentavam tiros na nuca, com pelo menos um orifício no lado posterior da cabeça (31,18% dos homicídios cometidos por policiais) (Ibid, p.91). Essa última informação nos fornece indícios de possíveis execuções cometidas pelos representantes da Polícia Militar.

Em 1999, segundo o MNDH, houve 47 homicídios cometidos por grupos de extermínio no Espírito Santo (3,2% do total dos homicídios).

A população tem medo de testemunhar, medo fundado nas ameaças e em um regime social de terror que as populações dos bairros pobres vivem tanto em relação aos que cometem os crimes que em relação aos policiais. As chamadas “desovas” sempre acontecem em terrenos ermos ou em lugares de moradia precária. O espaço é *criminalizado* e o apelo à intimidação é freqüente, os crimes são muitas vezes horrendos e as pessoas pela sua repetição e pelo mecanismo que descrevemos os banalizam. Uma das questões que contribui para esse quadro é o sentimento de insegurança, como visto, que leva a sociedade à busca da segurança privada.

A propósito do papel da polícia na segurança, podemos constatar a contradição que existe entre policiais que trabalham em segurança privada em busca de salários complementares. O papel de policiais-seguranças, trabalhando ilegalmente com suas próprias armas de serviço, e sendo os primeiros interessados, evidentemente, em uma desestabilização e em um medo social é a ressaltar, sobretudo quando o mercado da segurança cresce (Vulpi Júnior et all, 2001). Assim, os conflitos de interesse entre segurança pública e privada é evidente. Em uma pesquisa realizada em uma Companhia da Polícia Militar de Vitória (Ibid), de um total de 119 policiais foram entrevistado 66, desses entrevistados 59% (39 policiais) declararam realizar um trabalho extra, dos quais a imensa maioria (37) em segurança privada, ¼ no comércio

A violência e a criminalidade são construções sociais que geram a necessidade capitalista de abrir novas frentes de produtividade e geram a possibilidade de diminuir o volume dos eternos desempregados da ordem mercantil globalitária por meio dos investimentos na segurança e na produção da *indústria do medo* (anti-produção).

A segurança privada no Espírito Santo virou um negócio rentável, com 4.784 vigilantes trabalhando legalmente e a mesma quantidade trabalhando ilegalmente – contando com a participação de policiais, inclusive como proprietários das empresas. O número desses seguranças é superior aos efetivos da polícia militar no Espírito Santo (entorno de sete mil e quinhentos homens).

O setor representou no Espírito Santo 67 milhões de faturamento por ano, em comparação o governo gastou 40 milhões de reais em 2 anos para projetos de segurança (cf. A Tribuna, data? Citado em Ibid, 2001).

No Brasil, segundo o mesmo jornal citando a *Conferência dos Vigilantes* – órgão das seguranças privadas no país - o número de seguranças seria de 700 mil legais e 800 mil ilegais, avaliação difícil de ser verificada, no entanto que pode servir como base pelo fato de ter sido objeto de declaração de responsáveis oficiais dos seguranças e membros da própria Polícia Federal.

O legal se associa ao ilegal para proteger-se do ilegal, bela confusão. Podemos, com uma certa precaução até haver provas, afirmar que uma parte dessa segurança privada pode estar envolvida nos assassinatos inexplicáveis que acontecem todos os dias, pois é conhecido o envolvimento desses seguranças – podendo formar bandos - com certos comerciantes.

Assim, os baixos salários da polícia, nem tão baixos assim em relação aos salários médios da sociedade - a média dos salários dos policiais da própria Companhia pesquisada que foi citada mais acima é próxima de 1000 reais – alimentam um setor criado em função da própria crise do capitalismo que, desse modo, não somente emprega no Brasil por volta de 1,5 milhão de pessoas como contribui para matar uma parte dos 40 mil homicídios anuais: homicídios da sociedade?!

## Conclusão

A genealogia que buscamos fazer das sociedades ao longo dessa exposição culminou em um processo atual neoliberal do capitalismo, intensificado a nível mundial e no nosso caso particularmente no Brasil. O processo social fenômeno de extermínio ou auto-extermínio de determinados grupos sociais se inscreve, também, em uma característica da sociedade brasileira que é uma sociedade paternalista calcada sobre suportes tradicionais clientelistas que se acentuaram com as crises a repetição dos últimos 25 anos. No entanto, esse processo *violencial* foi particularmente acentuado pela ditadura militar de 1964 a 1984, com o seu seqüito de horrores e de despotismo ela imprimiu na sociedade uma marca indelével. As práticas de desrespeito ao outro, levadas a cabo com a cumplicidade dos dominantes pela “comunidade policial e da informação” foi fundadora de um novo-velho modo de governar por meio das torturas, mentiras, censuras. Aqueles que fizeram resistência ao regime eram caçados, julgados e executados pelos seus algozes sob as ordens dos déspotas chefes. Essas são as marcas do totalitarismo visto por Arendt. Esse momento brasileiro se transformou, há vários anos, em prática nas delegacias de vários lugares do Brasil. Assim, diversas organizações não governamentais denunciam torturas nas cadeias e prisões, execuções sumárias, bem com a falta de confiabilidade na justiça – conforme a última polêmica entre o judiciário e a representante da ONU para os direitos humanos.

De outro lado, a moeda e a luta pela moeda na sociedade capitalista, levou à criação de um mercado planetário de capitais e a uma desterritorialização dos mercados financeiros no nível planetário, provocando uma fragilização dos ainda reservados espaços nacionais e a desestabilização dos lugares dentro da nação. Esse processo é motor das guerras e das disputas pela hegemonia do espaço mundial em relação à obtenção de energia e de matéria prima e os processos de criminalidade financeira e de toda sorte que são condicionantes ao próprio funcionamento do capitalismo, o lado da não lei para que a lei funcione (Zanotelli, 2002).

As guerras, pela anexação de novos espaços submetidos à lógica capitalista e pela absorção do excedente de força de trabalho no processo de destruição, encontra-se no coração do capitalismo e é engendradora de violência, de barbárie. Essa guerra encontra seu equivalente territorial nos espaços das periferias brasileiras, enclaves que têm o rosto da barbárie capitalista.

Poderíamos considerar a nossa sociedade como tendo fragmentos e/ou setores inteiros ainda compostos de déspotas ao lado de parcelas “selvagens” no interior de uma “civilização” com ares nacionais e globais. No limite, poderíamos declinar os diferentes aspectos da composição do campo de força da sociedade brasileira como constitutivo de diferentes culturas políticas e sociais associadas a culturas criminosas que enviam a aspectos gerais daquilo que descrevemos como a tríade selvagens, déspotas e civilizados.

Esse processo de destruição, não nos iludamos, está presente no nosso cotidiano pelos fluxos, decodificações e recodificações imanentes que o capital – nesse caso como “selvagem” – realiza entre a moeda, o desejo e o político permitindo no seu coração o nascimento da anti-produção, da destruição e a volta deformada de mecanismos despóticos, como os diferentes exemplos de senhores da guerra na Europa e na África recentemente nos demonstraram ou ainda como os pequenos e grandes déspotas nas fábricas, burocracias, bandos, bairros etc. do mundo e, particularmente, do Brasil e no Espírito Santo. O sistema cria os desfiliaados desprezando boa parte dos trabalhadores colocados fora do mercado de trabalho, processo que atravessa a subjetivação dos sujeitos com as pulsões de morte re-acionadas permanentemente e declina o desejo em desejo de repressão e de morte.

Essa situação de segregação sócio-espacial apenas esboçada aqui é produto do medo coletivo fundado na não-cidadania e na divisão que se faz dos dominados no espaço e na sociedade. Ela pode ser colocada no mesmo plano estrutural que os processos de desolidarização nos locais de trabalho e de guerra econômica entre multinacionais, nações, cidades etc. A luta de todos contra todos, a produção da mercadoria pela mercadoria e a penetração do dinheiro em todas as esferas da vida, eis onde estamos.

## Bibliografia

- ARENDDT H. *Condition de l'homme moderne*. Paris: Calmann-Lévy-Pocket, 1983.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Banco de Dados do Movimento Nacional dos Direitos Humanos – E-S – 1998, 1999, 2000, 2001*. Vitória, mimeografado,
- Banco de dados Movimento Nacional dos Direitos Humanos/UFES*, Vitória: Proex/Ufes, 1994/2002.
- BARCELLOS, Caco. *Abusado. O dono do morro Dona Marta*. São Paulo-Rio de Janeiro: Record, 2003.
- Boletim de Indicadores de Criminalidade no ES*, Vitória, 7 de setembro de 2002, IPES – Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves, disponível no site: <http://www.ipes.es.gov.br/boletim/criminalidade/2002>
- CAMACHO, Thimoteo (Org.). *Ensaio sobre violência*. Vitória,: Edufes, 2003.
- CARROUÉ, Laurent. *Géographie de la mondialisation*. Paris: Armand Colin, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Ética, política e violência*. In CAMACHO, Thimoteo (org.). *Ensaio sobre violência*. Vitória: Edufes, 2003, p.39-59.
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. *O anti-Édipo – Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- ESCOREL, Sarah. Exclusão social no Brasil contemporâneo – um fenômeno sócio-cultural totalitário? *XIX Encontro anual da ANPOCS – GT – Cidadania, conflito e transformações urbanas*, Caxambu, outubro de 1995.
- Fórum Permanente contra a violência e a impunidade Reage Espírito Santo. *Execuções sumárias extrajudiciais ou arbitrárias*. Mimeografado, Vitória, setembro de 2003.
- KAHN, Túlio, BESEN, Jacques, CUSTÓDIO, Rosier Batista. *Pesquisa de Vitimização 2002 e Avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana – PIAPS*. Ilanud - FIA – USP Gabinete de Segurança Institucional, 2002.
- KURZ, R. *Os últimos combates*. Rio de Janeiro: vozes, 1997.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- MARX K. *Le capital*. Livre I e livre III. Paris: Champs-Flammarion, 1985.
- MAUSS, Marcel. *Essais sur le don – forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*. In Sociologie et Antropologie. Paris : PUF, 1966.
- Nietzsche, Friedrich. *La généalogie de la morale*. Paris : Gallimard, 1971.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo : Boitempo, 2003.
- POLANYI, Karl. *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris : Gallimard, 1983.
- RODRIGUES, Andrey, MIRANDA, Jailsom, AMARAL, Marcus A. K. *O uso da força letal da ação policial militar no Espírito Santo*. CCJE/CIESP/UFES, 2001. 109p. (Monografia de especialização).
- VULPI JÚNIOR, L. E. et all. *Análise da atividade extra profissional em serviço de segurança privada, "bico", dos militares estaduais da 6ª. Companhia do 1º. Batalhão da Polícia Militar*. CFA/Polícia militar, Cariacica, 2001. 112p. (Monografia de fim de curso).
- WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência III*. Brasília: UNESCO, 2002.
- ZANOTELLI, Cláudio COUTINHO, Luiz Amadeu. *Atlas da criminalidade violenta da Grande Vitória 1993-2002*. Vitória: Proex, 2003, p.215-236.
- ZANOTELLI, Cláudio. A CPI do narcotráfico e as redes criminosas no território brasileiro: um balanço provisório do caso do Espírito Santo. *Dimensões, Revista do Departamento de História da UFES, Edufes*, Vitória, 116-127, 2001.
- ZANOTELLI, Cláudio. Globalização, Estado e culturas criminosas. *Terra Livre*, São Paulo, vol.1, n.18, p.47-62, jan.-jun. Ano 18, 202.